

064

SESSÃO SOLENE DE ABERTURA

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE LEIRIA

05 JANEIRO 1987

INTERVENÇÃO DO

PROF. DOUTOR VITOR P. CRESPO

01
32

BIBLIOTECA

Escola Superior de Educação

Ao usar da palavra na sessão de abertura do ano académico da Escola Superior de Educação de Leiria não consigo resistir à tentação de começar, com algumas palavras de agradecimento :

- À direcção da Escola por ter querido que esta cerimónia tivesse a solenidade que lhe é devida. Ela vem culminar um longo caminho de preparação que exigiu muita dedicação, empenho e saber. E vem sublinhar uma arrancada que ultrapassa em muito as rotinas e praxes académicas. Estamos a dar início formal às actividades do Ensino Superior em Leiria - cidade e região que não dispunham até aqui de quaisquer outras facilidades no âmbito daquele ensino. Não se trata pois de um acontecimento qualquer, dos que facilmente se varrem na memória do tempo.

O alargamento do Ensino Superior para fora dos centros tradicionais, a sua democratização e regionalização tem uma importância capital que ultrapassa a realidade do próprio sistema educativo. É um salto qualitativo e determinante na modernização do País ; É o desenvolver de igualdade de oportunidades aos cidadãos e às regiões. É o desfazer de hierarquias espaciais que não se compatibilizam com as necessidades dos tempos modernos.

Estante:

Prateleira:

Número: B150422

B150422

X

É evidente que o Ensino Superior em Leiria vai proporcionar um outro leque de possibilidades aos seus futuros alunos e às suas famílias. Mas não nos ficamos por aqui no capítulo dos benefícios.

A existência de centros de Ensino Superior tem reflexos no desenvolvimento da Região que não podem ser desprezados. Não se vão fazer sentir hoje ou amanhã. Tudo o que respeita ao ensino, à formação, ao desenvolvimento cultural e tecnológico só se torna claramente visível a prazo. Mas em devido tempo todos nos iremos dar conta de : Uma maior animação da vida colectiva trazida por jovens interessados e uma mão cheia de docentes e quadros que inevitavelmente trará reflexos na actividade cultural e científica do meio ; Uma maior facilidade de recorrer à " inteligência ", à capacidade criativa e de inovação que são essenciais para dinamizar todo o aparelho produtivo ; Uma disponibilidade de recorrer a peritos, conhecedores do meio, que façam andar projectos de desenvolvimento, cada vez mais necessários no contexto de uma competição mais exigente , trazida pela Integração na Europa das Comunidades.

Foi tendo tudo isto em mente que esta escola foi concebida : - Aberta, vocacionada para gerar zonas de interface com o meio citadino, pondo à disposição de todos as suas instalações, equipamentos, bibliotecas e

..... /

e saber; em suma preparada para desenvolver uma investigação aplicada com interesse nacional e regional.

- A segunda palavra de agradecimento, talvez não me competisse a mim dizê-la. Compreende-se, no entanto, que a pronuncie. É de satisfação e alegria pela presença nesta sessão de tão ilustres individualidades.

Ela vem demonstrar a importância do momento que estamos a viver, e, é de bom agouro para o correcto e adequado desenvolvimento do Ensino Superior em Leiria. É a prova da vontade colectiva de que tenha sucesso e que seja capaz de responder às aspirações que todos nós, aqui presentes, nele depositamos.

Julgo também não estar longe da verdade se interpretar a vossa presença como uma manifestação de uma vontade : que seja imediatamente posta de pé e a funcionar a Escola Superior de Tecnologia, dando assim corpo à instalação do Instituto Politécnico de Leiria, criado pelo Decreto-Lei nº 303/80 de 16 de Agosto, de que muito me honro ter sido o autor.

- Por último quero agradecer a oportunidade que me é dada de vos dirigir a palavra, quando é certo que nenhuma razão institucional o requeria.

Aceitei fazê-lo porque me encontro intimamente ligado à cidade, muito perto da qual nasci. Aqui fiz os primei-

..... /

ros estudos e iniciei as várias carreiras. Sinto-me visceralmente ligado a esta Escola. Ainda recordo a apresentação do projecto deste edifício aqui em Leiria, o que também foi o primeiro acto de uma série de outros com o objectivo de apetrechar o País de edifícios próprios para instalação do Ensino Politécnico. Ainda recordo a nomeação da Comissão Instaladora da Escola Superior de Educação, que neste momento desejo saudar e louvar pelo trabalho realizado.

Falar na cerimónia de hoje é também um compromisso da minha parte em contribuir, na medida do possível, em favor do Ensino Superior nesta bela cidade.

* * *

Manda a tradição que em cerimónia deste tipo alguém se disponha a debitar um texto que o costume chama oração de sapiência. Trata-se na maior parte das vezes de trabalhos primorosos de desenvolvimento de uma questão científica de ponta, embora nem sempre de interesse do grande público.

Procurei afastar-me desse costume. Não só porque me falta o engenho e o tempo para o fazer. Mas, também por me parecer que seria mais avisado, neste caso, propôr que relembrássemos e, nos debruçássemos em conjunto, sobre um certo número de aspectos conhe-

.... /

cidos da Educação e do Sistema Educativo que muitas vezes são esquecidos nas considerações, análises e apreciações que dele se fazem.

A necessidade de responder às exigências dos Sistemas Educativos, foi um dos aspectos essenciais que esteve na origem da construção dos Estados modernos - tal o seu significado e importância para a colectividade. É o sistema mais determinante do futuro de qualquer país; É também o mais falado e discutido, porém paradoxalmente o mais desconhecido. Interessa a toda a população; Quase todas as famílias têm um interesse directo nele: é objecto de tratamento político a todos os níveis. Todas as revoluções o tentaram manipular. E em momentos de crise o "Homo academicus" é visto com desconfiança pelo "Homo politicus".

Sistema pesado, tem, em qualquer país do mundo, imensas falhas. Vocacionado para preparar para um futuro que ainda está por conhecer, trabalha em grande parte no campo da utopia. Sistema extremamente sensível, do ponto de vista social. Basta lermos os jornais de hoje para termos disso a dimensão exacta. Por tudo isso, é um sistema muito sujeito a críticas.

Nas críticas que lhe são dirigidas enfatizam-se, em regra, os seus defeitos esquecendo-se a maior parte das vezes os seus progressos. E todas as críticas quer justas quer injustas são sempre bem acolhidas por uma população

.... /

ávida de um melhor futuro para os filhos.

Num tal contexto, para que se possa contribuir para a sua melhoria, é importante que saibamos julgá-lo com isenção e com profundidade. Não o faremos naturalmente hoje. Mas não será, talvez, de todo irrelevante abrir algumas pistas de reflexão.

Correndo o risco de fazer uma afirmação controversa direi que o sistema educativo português, na estrutura e concepção actuais tem um valor próximo do de muitos países desenvolvidos e que frequentemente tomamos por modelos. Embora seja necessário reconhecer que quantitativamente ainda temos um razoável atraso, e que os currícula precisam de ser adaptados ao modelo construído; Alguns professores precisam de uma maior qualificação.

O actual sistema educativo português é recente. Chegou com cerca de 20 anos de atraso em relação aos países desenvolvidos. E as falhas do passado não podem ser reparadas de um momento para outro. Mas o esforço feito, o ritmo de modernização são apreciáveis e dignos de louvor. As compensações dos atrasos são sempre lentas na educação e não podem fazer-se a uma velocidade que violenta os alunos e possa pôr em causa um mínimo de estabilidade no próprio sistema.

Não é um sistema perfeito nem acabado. Ainda nem se

.... /

quer cumpriu o ciclo completo da sua transformação. Mas é necessário reconhecer que muito mudou nos últimos dez anos, designadamente nos aspectos em que era mais deficiente : - a educação pré-escolar ; a extensão da escolaridade obrigatória ; a formação profissionalizante secundária ; a formação profissional superior politécnica ; o estabelecimento de cursos graduados a nível universitário .

Todo o caminho percorrido teve o cunho da modernização.

Por isso quero pedir-vos que me acompanhem nalgumas considerações sobre o estado actual do Sistema Educativo. Presumo que elas poderão ter o mérito de ajudar a compreender o significado e objectivos das Escolas Superiores de Educação e, genericamente, dos Institutos Politécnicos.

Começemos pelo início, pela :

Educação Pré-Escolar

Ninguém desconhece o seu valor na sociabilização da criança, na eliminação de discriminações e no despertar da inteligência e sensibilidade dos jovens. No sistema educativo português este ramo da educação nasceu apenas em 1977, funcionando os primeiros jardins de infância do Ministério da Educação no ano lectivo de 1978 / 79. Há que lamentar uma paragem na sua expansão nos anos

..... /

lectivos de 1983 / 84 e 1984 / 85, o que no entanto não obscurece o grande esforço que se fez, particularmente nos dois primeiros anos da década de 80. Em 1985 " a taxa de participação na educação pré-escolar era já de 31 % " . A retoma do esforço de expansão da rede pré-escolar a partir de 1985/86 - que se pode agora intensificar com os diplomados pelas Escolas Superiores de Educação - permite antever uma cobertura de tipo europeu da rede de jardins de infância na próxima década , isto é, quando estivermos integrados nas Comunidades Europeias.

Escolaridade Obrigatória

Hoje o mundo civilizado e as teorias da educação estabelecem como necessário para a formação básica dos cidadãos um período de escolaridade de 9 anos. É uma tendência que se universaliza. Em 1980 a ideia ainda levantou um coro de protestos; hoje é pacificamente aceite e recebeu consagração na Lei de Bases do Sistema Educativo.

A cobertura dos quatro primeiros anos de escolaridade é completa e já o era, bastantes anos atrás. O mesmo se não pode dizer do chamado Ensino Preparatório, que arrancou nos anos 60. Mas já hoje tem uma taxa bruta de escolarização da ordem dos 100% - em verdade 109,5 % - embora se possa estimar que cerca de 19 mil crian

...../

ças não cumpram, por razões de diversas ordens, o 5º e 6º ano de escolaridade obrigatória (1982/83) .

Nos anos que se vão seguir vai baixar o número de alunos do ciclo preparatório pelo efeito conjunto da baixa da natalidade e redução da percentagem de repetências.

Já no que se refere aos 6-9 anos de escolarização a situação não é tão confortável. A taxa aparente de escolarização em 1984/85 era de 67% quando apenas dois anos antes só atingia os 54%. Se olharmos em pormenor para a evolução do número de alunos constatamos um crescimento até 76/77, reflexo da expansão do ensino preparatório, seguido de uma estabilização e até mesmo de decréscimo até 79/80. A partir de então deu-se uma verdadeira explosão. O ritmo de crescimento corresponde a uma duplicação do número de alunos em cada dez anos. Por isso está perfeitamente ao nosso alcance a cobertura total dos 6-9 anos de escolaridade na primeira metade da década de 90.

Ensino Superior

No Ensino Superior a nossa situação é relativamente desfavorável em relação à dos países desenvolvidos. Em 1982, a nossa taxa bruta de escolarização era apenas de 12,2% enquanto que a média dos países da CEE era, nesse ano, 26,4% . O valor actual da nossa taxa de escolarização no ensino superior corresponde ao valor médio nos

...../

países desenvolvidos no ano de 1960.

Importa, no entanto, olhar estes números mais de perto, e introduzir-lhe algumas correcções.

As necessidades em diplomados do Ensino Superior são muito dependentes do estado de desenvolvimento do País. Existe uma razoável correlação entre o número de estudantes no ensino superior por 10.000 habitantes e o rendimento per capita do País. Dessa correlação para os países da CEE apenas se desviam ligeiramente para menos a Grécia e o Reino Unido (tendo em conta características muito próprias do seu ensino) e para mais a Holanda que tem um "excesso" de estudantes.

Fazendo uso dessa correlação verifica-se que em 1982 deveríamos ter 1.700 estudantes do Ensino Superior nos 10.000 habitantes, em vez dos 1.015 que realmente tínhamos.

Sob o ponto de vista meramente quantitativo o ensino superior é o nosso sector mais frágil. Exige-se para ele uma política de desenvolvimento sustentada durante alguns anos.

No entanto é suficiente o número de estudantes universitários. Todos nos damos conta que começa a haver, em alguns cursos, excedentes que não serão facilmente absorvidos. Por exemplo, no curso de Medicina, que é um caso exemplificativo. Muitos se queixam ain

...../

da agora de não poderem entrar na Universidade; O número clausus nesse curso tem mesmo vindo a baixar a partir de 80. É certo que não há uma correcta distribuição dos médicos pelo País mas dispomos de um número suficiente. A nossa percentagem de estudantes de medicina é de 14,91% dos estudantes universitários que com para favoravelmente com o valor médio europeu de 13,9%

O mesmo poderíamos concluir para outros cursos. Por isso seria um tremendo e trágico erro, acabar com os "números clausus". Se o fizéssemos além de aviltarmos os cursos corríamos o risco de criar um proletariado intelectual desempregado com consequências funestas. Basta recordar o que se passou em outros países da Europa - Nanterre por exemplo - onde um excesso de licenciados em ciências humanas causou problemas difíceis de resolver e socialmente muito complexos.

Mesmo entre nós podemos estar na véspera de ter problemas idênticos nos ramos do Direito, da História, e, genericamente, nos Cursos de Ciências Humanas. E nunca será de mais realçar a gravidade destas situações, que muitos irão sofrer, e que pode dar origem a ondas de choque no sistema educativo, e mesmo de ordem social, com consequências muito preocupantes.

O crescimento das nossas taxas de cobertura do ensino superior, de modo a atingimos níveis europeus, só poderá ser feito através do ensino politécnico.

..... /

Esta é mais uma razão da importância deste sub-sistema de ensino e motivo para que entre em funcionamento com a urgência requerida. Há que lamentar o compasso de espera na sua implementação que se verificou desde finais de 1982 até 1985. Foram então perdidos três preciosos anos.

O ensino politécnico tem nos países desenvolvidos uma importância crescente. O número de estudantes neste ensino é, em muitos países, comparável ao número de universitários.

Na Bélgica 51,5% dos estudantes do ensino superior frequentam o ensino politécnico, percentagem que atinge 58,5% na Holanda e 50,6% no Reino Unido.

A Bélgica e a Holanda são casos paradigmáticos. São dois países com a dimensão do nosso, embora culturalmente muito diferentes. Na Irlanda aquela percentagem já atinge 39,5% e mesmo na Grécia já chega aos 29%.

Quando nós tivermos tantos alunos no ensino politécnico como no ensino universitário ficaremos em igualdade de circunstâncias com os países desenvolvidos no que respeita à frequência no ensino superior.

Isto significa que temos de encontrar, dentro de poucos anos lugares no ensino politécnico para 12.000 novos alunos por ano.

Ao fazê-lo igualamos também a oferta à procura no ensino

..... /

no superior. Desaparece o problema do *numerus clausus* e do acesso ao ensino superior.

Não ignoramos, porém, que se levantam algumas dificuldades a esta desejável evolução.

Onde iremos colocar esses alunos ?

As necessidades de diplomados pela Escola Técnica do Ensino Politécnico estão calculadas entre 6.000 e 9.000 finalistas, no ano de 1992.

No estado actual do desenvolvimento do ensino politécnico este objectivo é dificilmente atingível. Porém com algum esforço podemos ficar muito próximo de o conseguir. Existem algumas condições favoráveis. O problema mais difícil de resolver - o dos docentes - foi devidamente acautelado com a criação em 1980 dos cursos de mestrado nas Universidades portuguesas.

Havendo alunos, podendo contratar docentes o que poderá faltar é apenas dinheiro e vontade.

* * *

Quanto ao sistema das Escolas Superiores de Educação, embora o processo da sua instalação esteja mais avançado do que o das Escolas Politécnicas, existem ainda muitas indefinições no que respeita ao seu futuro próximo. A sua problemática reveste-se de algumas comple

..... /

xidades quanto a objectivos e quanto a métodos.

Como objectivo preparar professores. Mas para que graus de ensino ?

Na elaboração da Lei de Bases do Sistema Educativo, este foi um dos aspectos mais controversos e discutidos. Em grande medida em resultado de pressões e tomadas de posição dos actuais corpos docentes. Argumentava-se que era preciso dignificar o ensino. Nisso estamos todos de acordo. Mas já podemos não o estar quando o desejo de dignificar o ensino for tomado como significando a impossibilidade de os professores do actual ciclo preparatório serem preparados nas Escolas Superiores de Educação.

Não podemos ser ingénuos. O que realmente estava em causa era a questão da estabilidade, o receio quanto a remunerações futuras sentidas pelos actuais docentes do Ensino Preparatório. A discussão estava em meu entender distorcida. Porque nunca ninguém pensou perturbar a estabilidade nem a remuneração dos docentes também porque se não tinham em devida conta os interesses dos alunos e do sistema nem tão pouco as realidades respeitantes aos efectivos docentes.

A solução que acabou por se conseguir é, temos de o confessar, ambígua. Ambiguidade que tem vantagens, elimina receios e permite a solução desejável que pode e deve ser conseguida com uma boa dose de prudên-

.... /

cia. É no entanto preciso que o Ministério da Educação esteja atento, que seja clarividente e fomente a evolução correcta.

Devo desde já afirmar que não tenho muito receio que tal não venha a acontecer. Pela ideia que faço das pessoas que dirigem o M.E.C. e também por razões próprias do Sistema Educativo.

Os receios que sempre se manifestam perante a inovação educativa esbatem-se com o tempo. Estou bem colocado para o afirmar. Soluções que propuz em 1980/82 e foram na altura criticadas acabaram por ser bem mais tarde aceites, quando não reclamadas como necessárias. Estão neste caso soluções apresentadas no projecto de Lei de Bases de 1980, o programa especial das construções escolares e a formação em exercício, para só citar exemplos com relevância para o tema que me propuz tratar.

A segunda razão fundamenta-se na convicção de que as realidades pesam mais do que certos desejos.

Que tipo de docentes precisamos dos que irão ser formados pela Escola Superior de Educação ? Em primeiro lugar de educadores de infância. Para uma cobertura completa do País na educação pré-escolar são precisos 18.500 novos educadores. Necessitamos de 800 só para o distrito de Leiria.

.... /

É este o corpo docente em maior expansão no futuro imediato e o grande gerador de empregos no Sistema Educativo nos próximos dez anos.

No que respeita a professores primários a resposta é menos linear e muito mais complexa.

Todos os indicadores nos levam a concluir pela redução do número actual de efectivos docentes : - a diminuição da natalidade ; o decréscimo do nível de repetências em resultado do efeito conjugado da elevação do nível económico e social das famílias e a melhoria da qualidade pedagógica.

Importa ter presente que a taxa bruta actual de escolarização no ensino primário é de 131%, isto é, existe um terço de alunos em excesso relativamente ao que seria normal. Há ainda a acrescentar outros factores que apontam no mesmo sentido. O actual número de alunos por professor é, em média, ridiculamente baixo (como aliás em todo o sistema de ensino). Este número vai crescer se não por qualquer outra razão em resultado da racionalização da rede escolar, continuando a serem fechadas as escolas com meia dúzia de alunos.

Por outro lado tudo indica que deixarão de ser desviados - como até aqui - docentes do ensino primário para outras funções : - para funções administrativas que serão melhor e de maneira mais económica realizadas por pessoal preparado para o efeito ; - para a

alfabetização de adultos que irá decrescer (não há praticamente analfabetos com menos de 45 anos) ; - para educadores de infância (os lugares serão preenchidos por diplomados com os cursos próprios) ; para o ensino de português no estrangeiro (diminui o número de crianças da primeira geração) ; para o ensino especial (lugares ocupados por especialistas formados em instituições próprias) .

Tendo tudo isto em conta o fenómeno do excesso periódico de docentes do ensino primário que se verifica desde meados dos anos 70 vai continuar a ser uma realidade.

Os ganhos em docentes por racionalização do sistema e por diminuição do número de educandos excedem previsivelmente o número de professores que abandona o sistema de ensino por limite de idade ou por outras razões. Será necessário, mesmo assim, que em cada ano sejam admitidos novos professores para manter o sistema vivo. Só que o seu número será muito reduzido.

Fica-nos o Ensino Preparatório. Os seus professores vão ser formados conjuntamente nas ESE's e no sistema universitário. À primeira vista não precisamos de mais professores. Mas a realidade é bem outra. É certo que a actual taxa bruta de escolarização é, como já dissemos, de 109% (1982) havendo por isso professores suficientes para um número "normal" de alunos. Nume

ro que não só não crescerá, mas pelo contrário tem tendência a decrescer pela diminuição da natalidade. O quociente actual, professor/aluno, é no ensino oficial extremamente baixo - apenas 12 alunos por docente - e tem inevitavelmente de crescer. É um quociente insuportável.

Assim, podíamos concluir que nos chegava a prata da casa tanto mais que nem sequer há que recrutar muitos professores para substituir os que neste ensino não têm habilitações suficientes. No ensino preparatório só 2,6% dos docentes não tem habilitação suficiente (3,2 % em Leiria) .

Há porém, um outro factor importante que é preciso ter em linha de conta. Por se tratar de um ensino recente a idade média dos docentes do preparatório é relativamente baixa - cerca de 35 anos - e tem além disso uma distribuição muito estreita. Manter uma tal situação, sem a corrigir, pode causar danos ao sistema educativo. Este pico etário vai-se deslocando à medida que os anos passam com o consequente envelhecimento do corpo docente. Tornando-o mais rígido nos hábitos e processos educativos o que é incompatível com uma acentuada evolução nos métodos de ensino e curricula que tem de se fazer. Por outro lado manter um tal pico etário seria criar problemas daqui a uns 25/30 anos quando a maioria dos actuais professores começavam a deixar o sistema por motivo de refor-

...../

ma, o que viria a causar problemas delicados e de difícil solução se não quisermos admitir novos " tarefeiros " com as consequências que temos estado a viver e que não são as melhores . O pico etário tem por isso de ser fortemente desbastado para permitir uma modernização desta parte do sistema de ensino que é uma das mais importantes para uma boa formação do aluno.

Para ajudar a resolver esta situação pode e deve fazer-se a partir de agora uma deslocação de licenciados do Ciclo Preparatório para o ensino dos 6-9 anos de escolaridade. Ensino que é também mais adequado à preparação dos docentes. Deslocação que tem ainda a virtude de ajudar a regularizar os fluxos de entrada no sistema educativo, sem máximos nem mínimos. Deslocação que se pode fazer sem dificuldades de maior uma vez que muitas das escolas preparatórias ensinam até ao termo da escolaridade obrigatória, isto é, até ao nono ano. Deslocação que proporciona uma melhoria pedagógica para todo o ensino do 5º ao 9º anos.

Assim sendo - e isso é inevitável em resultado da dinâmica profunda do sistema educativo e da evolução da vida social do País - as escolas superiores de educação irão preparar fundamentalmente professores para o actual ciclo preparatório, educadores de infância e , apenas, uma mão cheia de professores para o ensino

...../

primário . Este será o tipo de actividade normal que espero que não venha a ser perturbado por soluções ad-hoc para satisfazer um desejo sempre presente, mas que é necessário combater, da subida no " ranking " das instituições educativas. Há já infelizmente alguns precedentes pouco reconfortantes, o último dos quais, foi a dissolução da Escola Superior de Educação de Vila Real e a sua transformação em estabelecimento de Ensino Universitário .

As conclusões a que chegamos trazem consigo algumas consequências de natureza administrativa, a nível central, mas com incidência particular ao nível dos serviços regionalizados do Ministério.

Continuo a defender a evolução progressiva das actuais escolas secundárias com a inclusão dos 6-9 anos no sector do ensino básico e a individualização das escolas para o 10º - 12º anos, o que aliás determina a Lei de Bases aprovada (artº 40º).

Defendo ainda, e em consequência, que a gestão das escolas do 10º - 12º anos de ensino, seja confiada a uma nova Direcção-Geral do Ensino Secundário que resulte da actual libertada da parte que transita para o ensino básico, isto é, a escolaridade correspondente aos 6-9 anos. Solução que também permitiria dar coerência e unidade ao subsistema do ensino que respeita a formação profissionalizante,

...../

isto é, a formação de quadros intermédios, e por arrastamento uma melhor racionalização dos serviços distritais de educação.

* * *

Dado como adquirido que as E.S. de Educação vão preparar educadores de infância e professores para os 6 primeiros anos de escolaridade, facilmente se chega à conclusão que aquelas escolas terão necessidade de admitir 3 a 4 mil alunos por ano.

Se somarmos este número aos 9.000 alunos das Escolas de Tecnologia chegaremos a 12.000 alunos para o ingresso no Ensino Politécnico na década de 90 e assim : resolvemos o problema do acesso do ensino superior, teremos um ensino politécnico com a dimensão desejável, poderemos formar os quadros de que necessitamos e poderemos dispôr de docentes do ensino não superior com o perfil adequado.

* * *

Propondo-me falar sobre o panorama do sistema educativo mal pareceria se não dissesse também alguma coisa sobre a escolarização secundária, isto é, o 10º, 11º e 12º anos - embora esta matéria não se relacione à primeira vista com a problemática do Ensino Politécnico.

...../

Mas lá bem no fundo tudo se interrelaciona como teremos ocasião de ver. Em todo o caso abordarei este aspecto de uma forma bem mais telegráfica. Porém, antes de o fazer gostaria, em jeito de sumário, de sintetizar a minha visão do actual sistema de ensino.

1. A concepção do sistema educativo é adequada, permite a modernização do País e está reflectida com realismo na Lei de Bases que acabou de ser aprovada. É uma lei que tem defeitos que devem ser em tempo corrigidos mas que não impede a evolução normal e desejável do sistema educativo.
2. Tendo começado muito tarde a tarefa de renovação e democratização do sistema de ensino portugueses ainda subsistem significativas carências quantitativas. Em todo o caso existem reais condições para as suprir até ao termo do período de adesão às Comunidades. Basta que para tanto continue a ser dada prioridade à educação, que não haja desvios erráticos ou que se não criem crises ou compassos de espera que consumam energias e tolham o progresso.
3. A rede escolar que foi um aspecto limitativo do desenvolvimento educativo está em vésperas de satisfazer todas as necessidades. De 1974 a 80 construiu-se muito pouco, cerca de 5 escolas por ano. A partir de 80 passamos para as 60-90 escolas novas por ano para os ensinos preparatório e secundário. Bas

...../

ta olhar à nossa volta para o constatar : aqui mesmo ao nosso lado, na Batalha, Maceira, Cãndara dos Olivais, Pataias, Vieira de Leiria - tudo escolas dos anos 80. Os lançamentos em curso e os já programados acabarão de vez com o problema de falta de escolas. A vida dos Ministros da Educação , será então bem mais fácil.

4. Tem sido feito, também a partir de 80 um esforço assinalável na preparação, reconversão e formação em exercício dos docentes. É um esforço que nunca acaba e precisa de ser continuado. No entanto no fim da década poderemos dispôr de um corpo docente inteiramente profissionalizado. Teremos por essa altura também, estruturas para uma adequada formação docente .

Resta reformar um aspecto essencial do sistema de ensino. A reformulação dos curricula e programas de todos os graus de ensino, que é, no entanto, o aspecto menos reclamado pela opinião pública.

Estamos agora em condições de o fazer, já que não era possível nem aconselhável, lançar verdadeiramente mãos à obra com corpos docentes inqualificados e não estáveis, uma rede escolar distorcida e insuficiente e a ausência de uma lei de bases orientadora. Esta reforma tem consequências importantes para as E.S.E., pois vem determinar a sua correcta definição e permitir a

...../

formulação dos seus próprios currícula e programas.

* * *

Como prometi direi agora uma palavra sobre o ciclo profissionalizante do ensino secundário que corresponde ao 10º, 11º e 12º ano de escolaridade. Será sobretudo uma palavra de prudência numa matéria sobre a qual correm ainda muitas ideias que apesar de feitas são essencialmente incorrectas. Na pedagogia moderna, nas condições de desenvolvimento tecnológico do fim deste século, no quadro das condições de vida de um futuro próximo, não faz mais sentido preparar quadros técnicos antes de ser ministrada uma formação geral de nove anos. Nem sequer para as profissões menos diferenciadas.

No entanto :

1. Ao serem preparados os esquemas de formação profissional para os grupos etários 15-18 anos, há que ter o cuidado prévio de garantir aos formados as correspondentes saídas profissionais. Se o não fizermos criaremos situações altamente traumatizantes pondo em risco o futuro dos esquemas e metodologias de formação.
2. Os números actuais de alunos matriculados em cursos profissionalizantes são razoáveis para as ne-

..... /

cessidades imediatas do mercado de trabalho. Em 1984/85 havia 1523 alunos no chamado ensino técnico-profissional (designação incorrecta que a Lei de Bases não consagra) e 986 alunos no 12º ano profissionalizante. Estes números devem aliás fazer-nos reflectir sobre a validade destes esquemas alternativos tendo em conta que o ensino técnico profissional tem sido encorajado ao mesmo tempo que foi desencorajada a via profissionalizante. Parece em face da sua frequência razoável sugerir o desenvolvimento daquela última opção, tal como foi concebida, apesar da sua lógica do crescimento ser a inversa da habitual, isto é, de cima para baixo. A razão porque se utilizou este critério, de implantação do ensino profissionalizante do 12º ano que se estenderia ao 11º e depois ao 10º ano foi o de permitir uma maior flexibilidade na recorrência de caminhos e proporcionar um maior controlo no número de diplomados.

3. É urgente fazer um debate sobre o que deve ser o ensino profissionalizante. A própria lei de bases exige a aprovação de legislação complementar sobre a formação profissional a nível secundário.
4. É preciso resolver com a maior urgência uma questão preocupante nascida por geração espontânea. Até há cerca de um ano a opinião pública exigia que o Ministério da Educação se responsabilizasse pela for-

..... /

mação profissional e até mesmo pelo emprego dos jovens.

Surtem os dinheiros do Fundo Social Europeu e como por encanto a formação profissional passa de armas e bagagens para o âmbito do Ministério do Trabalho enquadrando-se nos esquemas de aprendizagem.

Como alguém lucidamente me dizia há dias " Esta situação é ainda presentemente agravada com a multiplicação de cursos de formação profissional oferecidos por todo o tipo de entidades que aproveitaram o filão Fundo Social Europeu e aí apresentaram projectos de formação. Esta vem na sequência da " moda " que constitui hoje falar em formação profissional. Mas, sejamos claros, a maioria dos que recorrem ao F.S.E. não pretendem qualificar nem frequentar os seus cursos mas antes obter um ganho financeiro em face dos subsídios que o F.S.E. concede (embora como consequência indirecta se promova a formação) ". Está bem à vista o que nos espera .

5. Para a formação profissional secundária, pessoalmente, defendo o modelo dual. Nele cabe ao Ministério da Educação tudo o que corresponde à formação básica deste ciclo de estudos. A aprendizagem técnica e tecnológica será da responsabilidade e orientação do M.E.C., embora, possa em muitos casos

...../

ser realizada com vantagem, mediante contrato, em organismos públicos ou privados exteriores ao Ministério da Educação .

Os estágios de aprendizagem profissional seriam sempre organizados no âmbito das entidades potencialmente empregadoras.

6. Num esquema desta natureza, cabe ao ensino politécnico a preparação da maior parte dos docentes das matérias de índole técnica e tecnológica como aliás se prevê no nº 3 do artigo 31 da L.B.S.E.
7. Na questão do ensino profissionalizante o primeiro grande problema a resolver é o da preparação de Formadores. Quer para os jovens dos 15-18 anos ; quer para os adultos não empregados; quer ainda para a reconversão de trabalhadores de indústrias ou serviços que vão ser modernizados.

Enquanto não dispusermos desses formadores todas as tentativas de preparação de esquemas de formação profissional ou de simples aprendizagem caem pela base.

Esses formadores podem ser preparados nas Escolas do Ensino Politécnico.

Nesse sentido permito-me sugerir que o Instituto Politécnico de Leiria, inicie, já no próximo ano cursos experimentais de preparação de formadores. Não se levantam grandes problemas quanto a instalações

.... /

desde que se faça uso dos edifícios do antigo Liceu Rodrigues Lobo ou da ex-Escola do Magistério Primário. Não vejo também grandes dificuldades no seu funcionamento já que me parece fácil recorrer com sucesso aos financiamentos do Fundo Social Europeu. Já temos em Leiria um programa piloto sobre a metodologia do ensino de crianças biculturais filhas de emigrantes .

Porque não lançar um outro sobre formação de formadores ?

* * *

Tenho bem a sensação que abusei da vossa paciência. Quero, apesar disso, ainda ocupar mais uns minutos aventurando-me pelos caminhos - difíceis e ainda controversos - das actividades da Escola Superior de Educação. A que desafios vai estar sujeita ? O que é verdadeiramente uma E.S.E. ? E quais os seus objectivos mais profundos ?

Seria grave erro pensar que são escolas do Magistério Primário graduadas em escolas superiores. Os sistemas de aviação passaram.

Como tive ocasião de dizer ainda está por resolver a questão da revisão curricular de todo o ensino obriga-

.... /

tório. E é também necessário acabar urgentemente com o enorme desperdício educativo, económico e social que é o insucesso escolar (aqui tem o significado de repetência e não de abandono; dois conceitos distintos embora muitas vezes confundidos). Estes dois aspectos estão muito intimamente relacionados e são a chave da melhoria da qualidade do ensino.

Os novos currícula têm de estar adaptados aos dias de hoje e mesmo aos de amanhã. E nem podemos esquecer que a escolaridade obrigatória passa a ser constituída por um período de nove anos.

Torna-se assim necessário fazer uma ruptura com dois passados.

- O que antecedeu Abril de 1974 - quando o ensino básico era efectivamente de 4 anos embora incluindo obrigatoriamente um ensino preparatório que não era preparatório de coisa alguma, nem tão pouco terminal da escolaridade exigida a todas as crianças, e, quando o primeiro ciclo do ensino secundário era o que restava de um modelo concebido em moldes muito clássicos e destinado a uma minoria de estudantes.
- Uma outra ruptura com o pós-74 em que no topo daqueles defeitos foram introduzidos, sem critérios e sem visão de conjunto, algumas modas e quando por vezes - o que é bem pior - se mudou apenas para se fazer manipulação ideológica.

.... /

Os aspectos mais agressivos daquelas situações já foram resolvidos mas ainda há um longo caminho a percorrer. Isto é, as E.S. de Educação têm de preparar docentes para uma educação que ainda não existe, embora já se preveja.

Creio também que é preciso fazer uma outra ruptura.

Com uma certa ideia de que o ensino geral será de bom nível se engorgitar as crianças com conceitos que elas não podem de modo algum absorver e com informações que passados meia dúzia de anos não servirão para coisa alguma.

Sempre atribuí uma quota parte das razões do insucesso escolar no ensino preparatório à tendência que se tem de aceitar como natural, de professores portadores de uma licenciatura universitária, sobrepreparada para aquele nível de ensino, introduzirem matérias e conceitos demasiado avançados para o desenvolvimento das crianças que em regra ainda não atingiram a puberdade.

E o que dizer de certas modas ?

Qualquer de nós reconhece que era maçador e desmotivante a divisão de orações dos Lusíadas ou o estudo de autores que utilizavam uma linguagem que já tinha caído em desuso.

Mas ter-se-ia ganho alguma coisa em saltar daí para os tagmemas, morfemas, fonemas e toda uma linguagem rebarbativa da linguística estrutural, matéria em que de

....!

resto existem várias escolas de pensamento e onde não estão bem definidas as nomenclaturas ?

Talvez não se justifique aprender a calcular uma raiz quadrada. Uma calculadora de bolso fá-lo sem erros. Mas ter-se-ia ganho alguma coisa em fazer as crianças mergulhar desatempadamente na teoria dos conjuntos, numa visão errada das matemáticas modernas ?

Fiz uma referência especial a estas duas matérias porque elas são das mais importantes para a formação geral.

O ensino obrigatório - como aliás o estipula a lei de bases - tem essencialmente uma natureza formativa, de desenvolvimento mental, de apetrechamento para o saber fazer, visa tornar ágil o raciocínio e dar uma formação moral.

A informação e a memorização têm hoje, menos importância do que no passado.

Exprimir-se bem (o ensino do português) raciocinar com lógica (a matemática) são disciplinas essenciais.

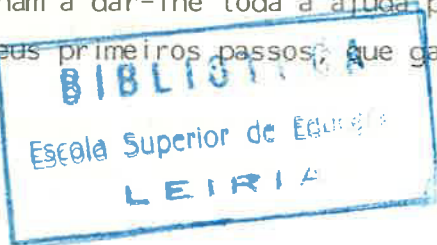
Fariamos mal em não aproveitar a entrada em vigor da Lei de Bases, a mudança na forma de preparação de professores e o alargamento da escolaridade obrigatória para não sacudirmos o pó do sistema.

Se me permitem um conselho nas minhas palavras finais recomendaria que fosse dada aos professores do ensino básico e educadores de infância uma boa dose de cultura e sagesa e os instrumentos para as continuarem a alargar. Valen muito mais do que a aprendizagem de novidades, que ainda estão no processo de mutação e para as quais não tardarão mais do que uma ou duas décadas para que sejam remetidas para as gavetas da história do conhecimento.

Dentro dessa cultura e sagesa não nos esqueçamos de lhes ensinar a transmitir os valores fundamentais do nosso Povo, da sua história e cultura, das suas crenças, mitos e tradições, afinal, tudo o que dá sentido a um projecto nacional. Podemos chamar-lhe patriotismo, sem medo das palavras, pois que bem entendido é um valor e uma necessidade. É que não há Nação, que possa prosperar e fazer-se respeitar se não tiver um projecto, se não valorizar a cultura comum numa época em que as fronteiras económicas se desmoronam.

* * *

Termino desejando o melhor futuro para o Ensino Superior em Leiria, ao mesmo tempo que apelo a todos os leirienses - eu próprio incluído - para que se disponham a dar-lhe toda a ajuda para que bem percorra os seus primeiros passos, que garantem um bom futuro.



VITOR P. CRESPO



IPL



Sessão solene de abertura,
Escola Superior de
Educação de Leiria

37
1